

LÍNGUA E CULTURA: UM ENFOQUE HISTORIOGRÁFICO

Jefferson Lucena dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a Historiografia Linguística na sala de aula. Apresentamos uma atividade desenvolvida nas aulas de Língua Portuguesa do ensino médio, observando aspectos culturais linguísticos, sob um enfoque historiográfico. Essa, por sua vez, consiste na discussão das linguagens verbal e visual, a partir de duas propagandas selecionadas da primeira metade do século XX. Nessa perspectiva, trabalhamos com propagandas na sala de aula, visualizando a sua grafia, a fim de relacioná-la com as discussões que permeiam nossa sociedade atualmente no que tange ao Acordo Ortográfico.

Palavras-chave: língua, cultura, historiografia, metalinguagem, propagandas

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss Linguistic Historiography in the classroom. It is our intention to present an activity in the teaching of the Portuguese language in high school looking at the cultural issues of the language in a historiographical approach. The investigation includes the study of verbal and visual languages through two selected advertisements from the first half of the twenty century. From this perspective, we work with advertisements in the classroom focusing their spelling in order to state a relationship between past and present regarding to Orthographic Agreements.

Key words: language, culture, historiography, metalanguage, advertisements

¹ Doutorando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O ensino de Língua Portuguesa aponta para reflexões sobre o uso da língua na vida e na sociedade. Essas devem ser exploradas nas aulas pelo professor, permitindo ao aluno conscientização de que a comunicação é um processo de significados em que o sujeito interage com o outro socialmente.

Conforme os PCNs (1999), a linguagem tem como foco a interação, a comunicação com o outro, dentro, evidentemente, de um espaço social. Dessa forma, a língua é caracterizada como um produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade linguística.

Sendo assim, em nossa atividade, aplicada na sala de aula, entendemos a comunicação como um processo de construção de significados em que o aluno interage, usando a língua como um instrumento que o define como pessoa. É por meio dela que ele constrói e desconstrói significados.

Nessa perspectiva, trabalhamos com propagandas na sala de aula, visualizando a sua grafia, a fim de relacioná-la com as discussões que permeiam nossa sociedade atualmente no que tange ao Acordo Ortográfico.

Nosso olhar é do historiógrafo que busca criticidade visando à recuperação e à reconstrução de determinados acontecimentos à luz do clima de opinião. Em outras palavras, aplicamos a atividade num viés historiográfico dentro da sala de aula como um instrumento facilitador de compreensão do texto, no nosso caso: propagandas.

O trabalho com propagandas ganha destaque a partir do momento em que entendemos a importância dada, pelo jovem de hoje, ao visual. É a linguagem imagética a mais atrativa para os alunos e é por meio dela que vislumbramos a possibilidade de iniciar o trabalho com a linguagem. Por meio da reflexão e análise da linguagem veiculada em propagandas, acreditamos que o aluno será levado à superação e transformação dos significados.

Sintetizando, promovemos, nas aulas de Língua Portuguesa, uma atividade aos alunos do ensino médio, observando aspectos culturais linguísticos, sob um enfoque historiográfico. Essa, por sua vez, consistiu também na discussão das linguagens verbal e visual, a partir de duas propagandas selecionadas da primeira metade do século XX.

I - Estudos historiográficos

A Historiografia Linguística tem seu nascimento na França, instituída como método interdisciplinar. O grande desafio para sua consolidação consistiu na interação de outras áreas de conhecimento que tratam diretamente sobre o homem, por exemplo: a Antropologia, entre outras.

No Brasil, podemos dizer que seu credenciamento como disciplina acontece em 1994 e, a partir desse ano, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos numa perspectiva historiográfica.

Por questionar, problematizar a narrativa dos acontecimentos e, além disso, relacioná-los ao clima de opinião visando à reconstrução dos acontecimentos, faz-se necessária a exposição de como se processa uma atividade historiográfica.

O Historiógrafo tem autonomia para esta atividade a partir do momento em que necessita buscar meios para a realização de seu estudo. Para análise de um documento, é necessário um conhecimento enciclopédico para que a compreensão não ocorra erroneamente. Sendo assim, na visão de Koerner (1996), o historiógrafo linguista deve familiarizar-se com mais de um tipo de transmissão das teorias, assim como das práticas linguísticas e de suas mudanças ao longo do tempo.

Valorizar o clima de opinião é trabalhar com o primeiro princípio de Koerner: contextualização. Além dele, por adotarmos a postura de historiógrafo, trabalharemos também com os princípios da imanência e adequação. De acordo com Koerner (1996), no *princípio de contextualização* – traça-se o clima de opinião, observando a época em que o documento foi escrito (dados contextuais); no *princípio de imanência* – ocorre o levantamento de informações (produz efeito restaurador do passado que possibilita a compreensão do documento); e no *princípio de adequação* – vislumbra-se a possibilidade de reatualizar o documento, ou seja, realce dos fatos do passado, mediado pelas preocupações do presente.

Estes princípios exigem que o historiógrafo da linguística seja dotado de um conhecimento amplo para que possa não só ter o domínio específico sobre o seu campo de investigação, mas também o domínio sobre a história geral.

Diante disso, temos como foco utilizar a historiografia como um meio de aprendizagem na sala de aula, promovendo um sentido para os textos trabalhados pelo professor sejam eles verbais ou não. Sendo assim, utilizamos em sala de aula propagandas da década de 30, tratando-se, portanto, de um objeto *não-metalinguístico*.

Conforme Bastos & Palma (2008:14), o objeto da investigação

... pode ser considerado *metalingüístico* – por diversas características – ou *não-metalingüístico*. Dessa maneira, sendo um objeto metalingüístico (gramáticas, manuais didáticos, antologias, etc), estabelecemos as categorias a partir do próprio objeto.

Mais adiante, as líderes do GPeHLP², afirmam:

Em se considerando objeto não-metalingüístico (lei, cartas, documentos oficiais, etc), selecionamos um instrumento, a saber, uma lingüística que seja compatível contemporaneamente ao objeto de estudo (princípio da imanência) e estabelecemos uma teoria posterior a ele que permitirá o cotejo com os pontos observados, de acordo com o princípio da imanência (princípio da adequação). (BASTOS & PALMA, 2008:15)

A partir da dicotomia *metalinguagem* e *não-metalinguagem*, trabalhamos nas aulas de Língua Portuguesa com propagandas extraídas da revista *O Cruzeiro*³, entendendo ser possível um viés historiográfico no documento selecionado por se tratar de um objeto de *não-metalinguagem*.

II - Língua e cultura nas relações humanas

O homem se distingue do animal pela sua capacidade de modificar a natureza. Assim, ao adquirir o “poder”, de acordo com sua inteligência, de interferir no funcionamento da natureza e ao assumir controle de seus instintos, o homem acaba estabelecendo uma divisão entre o universo natural e o universo cultural. Portanto, pertence ao universo da cultura tudo que o homem acrescenta à natureza.

Evidentemente, as atividades específicas do ser humano que estão diretamente ligadas ao intelecto, à busca e à manipulação do conhecimento, por meio da linguagem, são atividades culturais.

Nesse sentido, a língua, oral ou escrita, é fundamental para a participação social e efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, apresenta seu ponto de vista e partilha seus conhecimentos culturais.

² GPeHLP: Grupo de Pesquisa Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUC/SP.

³ A revista *O Cruzeiro* nasceu, em 1928, com a fundação da *Sociedade Anônima Empresa Gráfica O Cruzeiro*. Até a sua edição de número 30, do ano de 1929, a revista circulou usando como título apenas a palavra *Cruzeiro*; só a partir do número 31, também no ano de 1929, é que foi acrescentado o artigo “o” em seu título.

Ao ensiná-la o professor tem a responsabilidade de oferecer a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania. É nessa perspectiva, que as aulas devem ser preparadas, pensadas e refletidas antes de serem levadas para a sala de aula.

Evidentemente, o domínio da Língua Portuguesa tem estreita relação com a possibilidade de plena participação na sociedade. Essa relação é tanto maior quanto menor for o grau de letramento⁴ das comunidades em que vivem os alunos.

É preciso ensinar aos educandos a pensar sobre a linguagem para que possam compreendê-la e utilizá-la adequadamente. Por isso, o papel do professor é criar situações em que os alunos possam utilizar a linguagem dentro de contextos apropriados, não se trata de ensinar a falar de forma correta. O ensino deve estar atrelado a situações possíveis e contextualizadas para que o aluno compreenda a real importância da língua.

Nesse sentido, aprender a língua é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e acabam interpretando não só a realidade, mas também a si próprias. Não podemos nos esquecer de que cultura⁵ é basicamente discurso, comunicação e linguagem.

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo de suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida, na relação com as pessoas, na produção de conhecimento, etc. Portanto, buscar os significados culturais é buscar a relação homem *versus* mundo.

Nessa linha de pensamento, selecionamos propagandas da Revista *O Cruzeiro*, década de 30, a fim de trabalhá-las numa perspectiva historiográfica. Para isso, mapeamos o passado, contexto, observando como foram confeccionadas, veiculadas e a que público se destinava.

⁴ Letramento, aqui, é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas. (PCN, 1997:23).

⁵ *Cultura* é uma palavra bastante rica de significados. Etimologicamente, do latim *cultura*, ato de cultivar. Na Antropologia: conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes, etc. que distinguem um grupo social. (HOUAISS, Antonio, 2001:888)

Posteriormente, pinçamos a ortografia como uma categoria de análise, dentre as inúmeras possíveis a partir do *corpus* não-metalinguístico. Escolhida a categoria, fizemos um breve histórico dos acordos ortográficos no Brasil, uma vez que a ortografia da época, explícita, chama atenção dos alunos que vivem atualmente um período de transição ortográfico ocasionado pelo novo acordo entre Brasil e Portugal e demais membros da CPLP⁶.

III – Breve Histórico dos Acordos

Para viver em um mundo plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que o constituem. Se pensarmos em nossa sociedade, sabemos que é formada por diferentes etnias e por imigrantes de outros países. Consequentemente, essa diversidade resulta em características culturais diversas, dentro de um mesmo território chamado Brasil. Se pensarmos, por exemplo, na sociedade portuguesa, temos uma cultura que tem as suas raízes na cultura celta, germânica e romana; distinguindo da cultura brasileira.

Porém, essa diversidade existente - numa mesma nação ou entre os países lusófonos, Brasil e Portugal, - deve ser respeitada. Assim, entendemos que o grande desafio da escola é reconhecê-la como parte inseparável da identidade nacional e conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural.

Diante dessa visão, entendemos que a língua deve ser vista como um elemento vivo, um veículo de ação social. E como tal, falar uma língua requer domínio não só do vocabulário, mas de sua estrutura e cultura. Dessa forma, o professor tem o papel de representante da cultura de um povo, é o difusor de uma dada cultura, uma vez que a língua é um dos aspectos culturais da sociedade. Portanto, a língua não está dissociada da cultura, uma não existe sem a outra.

⁶ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização de países lusófonos, que buscam a aliança e a amizade entre seus integrantes. Foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante.

Sendo assim, não podemos deixar de mencionar que a democratização da língua escrita, como a falada, tornou-se essencial no século passado. E, essa necessidade é um exemplo de cultura, que reflete uma sociedade preocupada com a identidade linguística.

Buscando o contexto, os estudos linguísticos passam por um longo processo cultural em busca de soluções para a fixação e transformação da ortografia portuguesa.

Na Antiguidade e nos primeiros séculos medievais não havia distinção de palavras, nem havia pontuação. É a partir da tipografia que se começa a normatização da ortografia.

A partir do século XV, surge a necessidade de estabelecer-se a ortografia da Língua Portuguesa, pois neste período vão se impondo as línguas chamadas *românicas*. No século seguinte, a preocupação está na normatização, pois mesmo sendo um recurso linguístico pacífico ela é a construção social, obtida pela seleção, exclusão e avaliação do uso da língua.

Podemos dizer que a ortografia ideal seria aquela em que cada fonema correspondesse a uma determinada letra, o que não é possível, devido à multiplicidade de caracteres que isso exigiria, além das variedades regionais e até mesmo individuais da pronúncia. Dessa forma, buscou-se uma aproximação, tanto quanto possível, dessa correspondência.

A história da Reforma Ortográfica é repleta de muitos desacordos e contradições, isso por que, para alguns, a base deveria ser fonética, para outros, etimológica, ambas com demasiado exagero. A implementação de uma reforma estava ligada também ao prestígio do gramático ou do ortógrafo.

No século XVIII, a falta de fundamentos científicos consistentes por parte dos autores e a falta de legislação que regulamentasse a ortografia foram fatores que também contribuíram para a problemática da ortografia tanto em Portugal quanto no Brasil⁷.

⁷A questão ortográfica foi também assunto da Academia Brasileira de Letras, chegando até mesmo a discutir a respeito da grafia da palavra Brasil. Em 08 de novembro de 1922, a ABL grafa a palavra Brasil com *s*. A Justificativa da escolha do *s* foi dada pela questão etimológica, pois na Idade Média, em língua francesa, no século XII, temos Brasil (com *s*), que designa “certa maneira de tintura de cor rubra e que vinha do oriente”. Na Língua Portuguesa, conforme Antônio Geraldo da Cunha, a primeira ocorrência desta palavra é datada do século XIV. (HENRIQUES, 2001:227).

A Língua Portuguesa, somente no século XX, começou a ter normas ortográficas no Brasil e em Portugal. A ortografia é uma unificação das palavras, uma convenção, uma negociação social, que assume um caráter normativo e prescritivo.

Sendo assim, só em 25 de abril de 1907, a Academia Brasileira de Letras, por proposta de José Medeiros de Albuquerque, tenta estabelecer a primeira Reforma Ortográfica, baseada, em parte, nos princípios formulados por Gonçalves Viana.

Gonçalves Viana, filólogo português, rejeita a reforma brasileira por não dizer respeito às realidades fonéticas do português de Portugal, além de submeter o falante português à Língua Portuguesa do Brasil.

Em 1911, Portugal empreende uma reforma ortográfica, adotando integralmente os princípios de Gonçalves Viana. Anos mais tarde, 1915, a Academia Brasileira de Letras aceita ajustar o sistema brasileiro ao adotado em Portugal.

Em 1924, as duas academias, do Brasil e de Portugal, começam a dar passos importantes em busca de uma ortografia comum. Em 1931, então, é assinado um acordo baseado na ortografia oficial que Portugal adota em 1911.

No ano de 1938, tornou-se obrigatório no Brasil, por um decreto presidencial, a ortografia resultante do acordo de 1931. O decreto é acompanhado de regras para a acentuação gráfica, nos termos das bases do mesmo Acordo. Além disso, ordena a publicação de um *Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*.

Em 1940, a Academia das Ciências de Lisboa publica seu Vocabulário Ortográfico. Anos depois, somente em 1943, como base na publicação do Vocabulário de Portugal, a Academia Brasileira de Letras lança seu próprio Vocabulário Ortográfico. Ainda em 1943, tem-se a Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal, consagrando o sistema ortográfico simplificado que resultara do acordo de 1931.

Dois anos depois, 1945, as duas Academias elaboram um novo acordo. Mas, enquanto Portugal o aprovou e adotou, o Brasil nem o aprovou por lei, nem o sancionou pelo uso. Portanto, o Brasil continuou com o sistema de 1943, com pequenas alterações aprovadas em 1971.

Anos depois, temos o Acordo Ortográfico de 1990, assinado pelo Presidente da República em 29 de setembro de 2008, que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2009, tornando-se obrigatório a partir de janeiro de 2013.

IV – Observações sobre o *corpus*

A fim de trabalhar com a linguagem verbal e visual juntas, selecionamos duas propagandas⁸ da primeira metade do século XX, 1930, retiradas do site memória viva, tendo como proposta observar a ortografia numa perspectiva historiográfica.



FIGURA 01: Super-depurativo



FIGURA 02: Elixir Doria

O *corpus* não-metalinguístico selecionado será a base para os estudos historiográficos, que visa a discorrer sobre a ortografia na primeira metade do século XX. Para tanto, retiramos das duas figuras, expostas acima, algumas palavras que representam a grafia da época: a) Figura 01: *musculos – aumentando – rheumatismo*; b) Figura 02: *halito – fígado – estomago – appetite – difíceis*.

Vale ressaltar que as palavras acima chamaram a atenção dos nossos alunos pela sua grafia, gerando discussões em sala de aula e até mesmo espanto entre eles. Sendo assim, o contexto faz-se necessário.

Contextualizando, na tentativa de acabar com as profundas diferenças entre Portugal e Brasil, como resultado da adoção de Portugal da Reforma Ortográfica de 1911, foram feitos diversos encontros, no início do século XX, entre as Academias dos dois países, dos quais resultou um acordo preliminar assinado em 1931. No entanto, como os vocabulários que se publicaram no ano de 1940 pela Academia das Ciências de

⁸ As propagandas analisadas podem ser encontradas no site www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/.

Lisboa e em 1943 pela Academia Brasileira de Letras continham ainda divergências, houve necessidade de novas reuniões que deram origem ao Acordo Ortográfico de 1945. Este acordo tornou-se lei em Portugal, mas no Brasil não, continuando os brasileiros a regular-se pelo Acordo de 1943.

Seguindo os princípios de Koerner (1996), imanência, levantamos as informações necessárias, a fim de buscar um efeito restaurador do passado e possibilitar a compreensão da grafia presente nas propagandas:

Expressões retiradas do <i>corpus</i>	Bases do Acordo de 1943
Figura 01: <i>rheumatismo</i>	Base III – H: esta letra passou a ser conservada apenas no princípio das palavras cuja etimologia o justificasse, nos dígrafos <i>ch</i> , <i>lh</i> e <i>nh</i> , em interjeições e nos compostos com hífen. Foi abolido em compostos sem hífen
Figura 01: <i>augmentando</i>	Base IV – Consoantes Mudas: extinção completa de quaisquer consoantes que não se proferissem, ressalvadas as palavras que tivessem variantes com letras pronunciadas ou não.
Figura 02: <i>appetite - diffíceis</i>	Base VI – Letras Dobradas: permanência dos grupos <i>rr</i> e <i>ss</i> com som único e do grupo <i>cc</i> (ou <i>cç</i>) com sons distintos.
Figura 01: <i>musculos</i> Figura 02: <i>halito – figado – estomago</i>	Base XII – Acentuação Gráfica: Regras para grafar os acentos nas oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

As propagandas selecionadas são da década de 1930, anterior à Reforma Ortográfica no Brasil de 1943.

O acordo de 1943 é um conjunto das instruções estabelecidas pela Academia Brasileira de Letras para organização do VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). Este acordo sofreu alterações pela Lei 5.765 de 18 de dezembro de 1971⁹, que regula a escrita do português do Brasil até dia 31 de dezembro de 2012.

⁹ No Brasil entre 1943 e 1971, houve o acento diferencial, dada a existência de muitas palavras homógrafas mas não homófonas. Por exemplo: *piloto* (substantivo) / *pilóto* (ó) (do verbo “pilotar”); *côr* (vermelho, amarelo, etc) / *Cor* (ó) (coração); *êle* (pronome) / *ele* (é) (nome dado à letra L); *govêrno* (substantivo) / *governo* (é) (verbo); *êste* (pronome) / *este* (é) (Leste).

O Acordo Ortográfico de 1990, que propõe significativa redução das diferenças de grafia entre o português do Brasil e o português de Portugal substituirá o Acordo de 1943 a partir de 2013 no Brasil.

Buscando a *adequação*, a Nova Ortografia, 1990, apresenta 21 bases ortográficas, onde se discrimina o novo alfabeto da língua portuguesa e as características da nova ortografia. Dentre todas as bases, destacamos:

Base I – Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados:

Descreve o alfabeto com designação que usualmente é dada a cada letra, introduzindo a letra *w* e restaurando as letras *k* e *y*, que haviam sido proscritas do alfabeto português desde 1911 em Portugal e desde 1943 no Brasil. Mantêm-se, no entanto, as regras fixadas anteriormente que restringem o seu uso às abreviaturas, palavras de origem estrangeira ou seus derivados.

Base II – Do *h* inicial e final: Aborda o uso *h* no início e no final das palavras. Aparentemente não apresenta alterações em relação às normas anteriores. No entanto, o fato de não fazer referência expressa à palavra *húmido* como tendo *h* inicial, ao contrário do que acontecia no texto do Acordo Ortográfico de 1945, levou que se aventasse a hipótese dessa palavra passar a ser grafada exclusivamente *úmido*, como é uso no Brasil

Base IV – Das sequências consonânticas: É nesta base que é definida a supressão das chamadas consoantes mudas, ainda em uso em Portugal, e os casos de dupla grafia. Aborda o suco do *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, que ora se conservam, ora se eliminam. Define, também, a facultatividade do uso, quando há oscilação entre a prolação e o emudecimento, do *b* da sequência *bd*; (em *súbdito*); do *b* da sequência *bt* (em *subtil* e seus derivados); do *g* da sequência *gd* (em *amígdala*, *amigdalite*, etc.); do *m* da sequência *mn* (em *amnistia*, *indemnizar*, *omnipotente*, *omnisciente*, etc.); do *t* da sequência *tm* (em *aritmética* e *aritmético*).

Base XI - Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas: Definem-se os casos em que nas palavras proparoxítonas, reais ou aparentes se aplica o acento agudo; os casos em que se aplica o acento circunflexo; e os casos em que tanto podem levar

acento agudo como acento circunflexo, dependendo do timbre, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua das vogais tônicas *e* ou *o* em final de sílaba, quando seguidas de consoantes nasais grafadas com *m* ou *n*.

Base XV - Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares:

Define o emprego do hífen nas palavras compostas por justaposição; nos topónimos compostos; nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas; nos compostos com os advérbios *bem*, *mal*, *além*, *aquém*, *recém* e *sem*; nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais; na ligação de duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando encadeamentos vocabulares ou combinações históricas ou ocasionais de topônimos.

Base XVI - Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação: Especifica os casos em que se emprega o hífen nas formações com prefixos e em formações por recomposição; os casos em que inequivocamente se não emprega; e o seu uso nos vocábulos de origem tupi-guarani.

A partir do quadro ortográfico exposto, neste artigo, Acordos de 1943 e 1990, faz-se necessário reatar os fios. Para isso, o docente precisa deixar claro que as mudanças ortográficas independentes de sua época são reflexos de uma sociedade que usa a língua no emaranhado das relações humanas.

As palavras pinçadas das duas propagandas, década de 1930, na sala de aula, funcionam como elementos instigadores para a discussão a respeito da relação oral e escrito, assim como propulsora na discussão do Acordo Ortográfico vigente.

Ao buscar as correspondências das palavras selecionadas com a grafia hodierna, discutiu-se sobre as mudanças na língua, demonstrando assim que a língua evolui e – nesse caso – a evolução está atrelada ao contexto social, político e histórico.

Além disso, o componente imagético é uma fonte visual considerada um testemunho da história. Portanto, as discussões ocorridas giraram em torno das proximidades das duas linguagens, verbal e não-verbal, atreladas ao contexto da época.

V – Considerações finais

Finalizando, procuramos levar para a sala de aula algumas reflexões em torno da Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, trabalhamos com propagandas no início do século XX, observando aspectos culturais linguísticos, sob o viés historiográfico.

O *corpus*, propaganda, teve um papel importante dentro da atividade aplicada, justamente por aliar a linguagem verbal à não-verbal e pela presença na vida de nossos alunos. Porém, o foco da análise foram as expressões grafadas na década de 1930, que se diferenciam da atual devido às reformas de 43, 71 e, agora, 90.

Nossa proposta de trabalho integra a historiografia ao ensino de Língua Portuguesa, pois buscamos na historiografia auxílio para a análise do *corpus*, possibilitando observá-lo de uma forma crítica, que visa à recuperação e à reconstrução de determinado acontecimento à luz do clima de opinião.

Portanto, acreditamos que a aplicação da atividade em sala de aula, numa perspectiva historiográfica, possibilitou uma análise crítica e profunda das questões ortográficas ao longo do tempo, o que contribuiu para a ampliação dos espaços da Historiografia Linguística no Brasil.

VI – Referências bibliográficas

BASTOS, Neusa M. O. Barbosa. (Org.). O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa. *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. (Série Eventos). São Paulo: EDUC, 2004.

BASTOS, Neusa M. O. Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História Entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____; _____ (Orgs.). *História Entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, 1999. 364p.: il.: fotos; 27cm

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. (Org.). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP:EDUSC, 1999.

HENRIQUES, C.C. *Atas da Academia Brasileira de Letras – Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

KOERNER, Konrad. *On the problem of influence in Linguistic Historiography*. In: AARSLEFF et al. (eds), 1987, p.13-28.

_____. Questões que persistem em historiografia lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2, p.47-70, 1996.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. Carvalho; PEREIRA, Helena Bonito (Orgs.). *Linguagens na sala de aula do ensino superior*. Niterói: Intertexto, 2009.

Sites consultados

www.memoriavia.com.br/ocruzeiro/. (Acesso 26/06/2010)

www.academia.org.br (Acesso: 28/06/2010)